



**INSTITUTO FEDERAL**  
Sertão Pernambucano

**PROPIP**

Pró-reitoria de Pós-graduação,  
Inovação e Pesquisa

**Pós-graduação**

*Stricto Sensu*

PROJETO DO CURSO

# Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

**PROFEPT**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
R. Cel Amorim, nº 76, Centro, CEP 56,302-320. Petrolina-PE. Tel: (87) 2101-2350. FAX: (87) 2101-2388  
e-mail: reitoria@ifsertao-pe.edu.br

RESOLUÇÃO Nº. 08 DO CONSELHO SUPERIOR,  
DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

**Art. 1º APROVAR** o Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

**Alexandre Roberto de Souza Correia**  
Presidente em Exercício do Conselho Superior



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO



**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
EM REDE NACIONAL**

**REGULAMENTO**

Dezembro de 2017

Art. 1º. O **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)** tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento de pesquisas na área.

Art. 2º. O ProfEPT é um curso semipresencial ofertado pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica associadas em uma Rede Nacional (RFEPCT), coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), conduzindo ao título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Parágrafo único. Cada Instituição da RFEPCT que integra a Rede Nacional, composta pelos seus campi, é denominada Instituição Associada.

### **Organização**

Art. 3º. A coordenação das atividades do ProfEPT é feita pelo Comitê Gestor, pela Comissão Acadêmica Nacional e pelas Comissões Acadêmicas Locais, responsáveis pelo gerenciamento do curso em três níveis.

Parágrafo único. O Comitê Gestor e a Comissão Acadêmica Nacional têm mandato de três anos, sendo permitida uma recondução subsequente.

Art. 4º. O Comitê Gestor é uma comissão deliberativa, subordinada ao Conselho Superior do IFES, composta pelos seguintes membros:

- I. Coordenador Geral do ProfEPT, que preside o Comitê;
- II. um representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF);
- III. um representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC);
- IV. o Coordenador Acadêmico Nacional;
- V. um Coordenador Acadêmico Local por região geográfica integrante do ProfEPT, escolhido por seus pares.

Parágrafo único. O Coordenador Geral do ProfEPT é nomeado pelo IFES, mediante indicação feita pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação dentre os docentes do ProfEPT local escolhido por seus pares, para um mandato de três anos, admitindo-se recondução.

Art. 5º. São atribuições do Comitê Gestor:

- I. Coordenar a execução e organização de todas as ações e atividades do ProfEPT, visando à sua excelência acadêmica e administrativa;
- II. aprovar alterações pertinentes à área de concentração, às linhas de pesquisa e à matriz curricular do ProfEPT;
- III. organizar e executar o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Instituições Associadas;
- IV. definir o número de vagas para cada processo seletivo em conformidade com o quadro de docentes permanentes de cada Instituição Associada;
- V. homologar o edital do Exame Nacional de Acesso ao ProfEPT;
- VI. apreciar o relatório anual de atividades elaborado pela Comissão Acadêmica Nacional e encaminhá-lo à Câmara de Pesquisa e Pós-graduação do IFES, para aprovação;

- VII. coordenar o processo de escolha dos candidatos aos cargos de Coordenador Acadêmico Nacional, Coordenador Adjunto e Coordenador de Avaliação;
- VIII. coordenar encontros das Instituições Associadas do ProfEPT;
- IX. definir os mecanismos e os procedimentos para autoavaliação do Programa, de modo a atender aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos pela Área de Ensino da CAPES;
- X. criar e extinguir comissões técnicas nacionais para atender a necessidades de funcionamento do ProfEPT e designar os respectivos titulares;
- XI. propor modificações do presente Regulamento e encaminhá-las à Câmara de Pesquisa e Pós-graduação do Ifes para aprovação;
- XII. deliberar sobre quaisquer situações não previstas neste Regulamento.

Art. 6º. A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão executiva, subordinada ao Comitê Gestor, composta pelos seguintes membros:

- I. Coordenador Acadêmico Nacional, que preside a Comissão;
- II. Coordenador Adjunto;
- III. Coordenador de Avaliação;
- IV. dois representantes do corpo docente, eleitos pelos seus pares;
- V. Coordenador Geral do ProfEPT.

Parágrafo único. O Coordenador Acadêmico Nacional, o Coordenador Adjunto e o Coordenador de Avaliação são nomeados pelo Ifes, mediante processo de escolha coordenado pelo Comitê Gestor, para um mandato de três anos, admitindo-se recondução.

Art. 7º. São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

- I. Responsabilizar-se pela boa execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ProfEPT, visando à sua excelência acadêmica e administrativa;
- II. coordenar a elaboração e realização do Exame Nacional de Acesso;
- III. deliberar sobre as propostas de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes das Instituições Associadas ao Programa e pelo convite a professores para integrar o corpo docente do Curso;
- IV. realizar encontros nacionais das Instituições Associadas do ProfEPT;
- V. homologar as indicações para Coordenadores Acadêmicos Locais;
- VI. propor mecanismos e procedimentos para autoavaliação do Programa, de modo a atender aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos;
- VII. coordenar o processo de avaliação das Instituições Associadas, com base em relatório de desempenho, para fins de renovação de seu credenciamento;
- VIII. coordenar o processo de avaliação do Programa perante a CAPES;
- IX. deliberar sobre disciplinas, calendários, demandas formais dos participantes do ProfEPT e quaisquer situações não previstas neste Regulamento;
- X. responsabilizar-se pela manutenção do sítio do programa, no qual deverão ser disponibilizados os Trabalhos de Conclusão Final e Produtos Educacionais;
- XI. apoiar a realização de atividades complementares, tais como palestras e minicursos nas Instituições Associadas;
- XII. criar e extinguir comissões técnicas nacionais para atender necessidades de funcionamento do ProfEPT e designar os respectivos titulares;
- XIII. elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatório anual de atividades.

Art. 8º. A Comissão Acadêmica Local de cada Instituição Associada é uma comissão executiva, presidida pelo Coordenador Acadêmico Local e composta pelos

docentes do ProfEPT na Instituição Associada e por um representante discente eleito pelos seus pares.

§1º. O Coordenador Acadêmico Local é um docente permanente do Programa com título de doutor, designado pelo Comitê Gestor, a partir da escolha no âmbito da Instituição Associada, cujo período do mandato é definido por regimento, estatuto ou regulamento próprio de sua Instituição.

§2º. O período de mandato do representante discente é definido por regimento, estatuto ou regulamento próprio de sua Instituição.

Art. 9º. São atribuições da Comissão Acadêmica Local:

- I. Coordenar a execução e organização de todas as ações e atividades do ProfEPT, visando à sua excelência acadêmica e administrativa, na Instituição Associada;
- II. representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o ProfEPT junto aos órgãos da Instituição Associada;
- III. coordenar a aplicação local do Exame Nacional de acesso;
- IV. propor, a cada período, a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente local;
- V. designar os docentes das disciplinas locais, dentro do seu corpo docente;
- VI. propor à Comissão Acadêmica Nacional credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de membros de seu corpo docente;
- VII. organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do ProfEPT;
- VIII. decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;
- IX. manter atualizado os dados acadêmicos nos sistemas locais e nacionais;
- X. coordenar os processos para realização das qualificações e defesas de Trabalhos de Conclusão Final;
- XI. emitir declarações, históricos e diplomas;
- XII. elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatórios anuais de gestão sobre suas atividades.

### **Exame Nacional de Acesso**

Art. 10. A admissão de discentes ao ProfEPT se dá por meio de um Exame Nacional de Acesso.

§1º. O Exame Nacional de Acesso consiste num único exame, realizado uma vez por ano, simultaneamente nas Instituições Associadas.

§2º. A seleção dos discentes aprovados se dá pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, consideradas separadamente as ofertas de vagas para cada Instituição Associada.

### **Do Corpo Discente**

Art. 11. Podem matricular-se no ProfEPT diplomados em cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, em qualquer área, que tenham sido aprovados no Exame Nacional de Acesso.

Parágrafo único. No ato da matrícula será designado um docente Orientador que acompanhará o desenvolvimento do discente ao longo do curso, sendo que esse

orientador construirá, em conjunto com o discente, o seu plano de estudos, que inclui o projeto de pesquisa e proposta de produto educacional.

Art. 12. Os discentes regularmente matriculados no ProfEPT em cada Instituição Associada farão parte do corpo discente regular de pós-graduação dessa Instituição, à qual cabe emitir o Diploma de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, uma vez cumpridos todos os requisitos para a conclusão deste curso.

### **Atividades Curriculares e de Avaliação**

Art. 13. O ProfEPT prevê 480 (quatrocentos e oitenta) horas de atividades didáticas, correspondentes a 32 (trinta e dois) créditos, assim distribuídos:

- I. Disciplinas obrigatórias: 16 créditos ou 240 horas;
- II. Disciplinas eletivas: 6 créditos ou 90 horas;
- III. Estágio/orientação de pesquisa: 10 créditos ou 150 horas

Art. 14. Os critérios de avaliação dos Trabalhos de Conclusão Final são definidos pela Comissão Acadêmica Local, obedecendo aos regulamentos pertinentes da sua Instituição Associada.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão Final constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento/validação do produto, podendo ser construído em forma de artigo.

### **Exame de Qualificação**

Art. 15. O Exame de Qualificação consiste na apresentação e defesa do projeto de Trabalho de Conclusão Final, que deverá contemplar necessariamente sua parte crítica analítica. Trata-se de um texto no qual é preciso constar: a explicitação e justificativa do tema e problema de pesquisa; os objetivos do trabalho; e as interlocuções teóricas privilegiadas, bem como o plano de desenvolvimento do produto educacional pretendido.

§1º. O Exame de Qualificação deve ser realizado após a conclusão das disciplinas obrigatórias, quando o aluno deverá apresentar e discutir o trabalho com uma banca formada por três docentes, sendo um deles o orientador, sendo atribuído o conceito: aprovado ou reprovado.

§2º. No caso de reprovação no Exame de Qualificação, o discente terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias para se submeter a um novo exame. A reprovação neste segundo exame resultará no seu desligamento do curso.

### **Defesa do Trabalho de Conclusão Final**

Art. 16. A defesa consiste da apresentação do Trabalho de Conclusão Final, perante uma banca constituída de no mínimo três docentes com título de doutor, sendo o orientador o presidente e ao menos um membro externo à Instituição Associada.

§1º. A defesa do Trabalho de Conclusão Final deverá ser realizada num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por um período máximo de 6 (seis) meses.

§2º. O pedido de prorrogação de prazo para a conclusão deverá ser encaminhado à Comissão Acadêmica Local, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada pelo não cumprimento do prazo e proposta de cronograma para a conclusão do curso.

§3º. Para a defesa do Trabalho de Conclusão Final será atribuído o conceito: aprovado ou reprovado.

Art. 17. O discente terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da defesa, para realizar as modificações recomendadas pela banca e entrega da versão final do Trabalho de Conclusão Final.

### **Requisitos para Conclusão**

Art. 18. Para a conclusão do ProfEPT, e obtenção do respectivo título de Mestre, o discente deve:

- I. Totalizar os 32 (trinta e dois) créditos, previstos no artigo 13;
- II. Ser aprovado no Exame de Qualificação;
- III. Ter seu Trabalho de Conclusão Final aprovado;
- IV. Entregar a versão final do Trabalho de Conclusão Final;
- V. Atender as exigências específicas da Instituição Associada.

### **Corpo Docente**

Art. 19. O corpo docente permanente do ProfEPT de cada Instituição Associada é composto por, no mínimo, cinco docentes pertencentes ao quadro permanente da Instituição Associada, com título de doutor, com produção na área de Ensino ou Educação.

Parágrafo único. Os nomes indicados devem atender às exigências da Área de Ensino da CAPES.

Art. 20. O Corpo docente do Programa será composto por docentes permanentes, docentes visitantes e docentes colaboradores, conforme prevê a legislação em vigor.

Art. 21. O credenciamento de docentes das Instituições Associadas se dá mediante a aprovação da Comissão Acadêmica Nacional, por indicação da Comissão Acadêmica Local.

Parágrafo único. O credenciamento e descredenciamento serão feitos pela Comissão Acadêmica Nacional, conforme normas aprovadas por esta.

### **Adesão de Instituição Associada**

Art. 22. A inclusão de Instituições Associadas se faz por meio de chamada específica, sob responsabilidade do Comitê Gestor.

Art. 23. O processo de seleção das Instituições Associadas é conduzido pelo Comitê Gestor, sendo que a avaliação das propostas está baseada, em particular, na adequação do corpo docente e da infraestrutura da Instituição Associada.

Art. 24. A manutenção de cada Instituição como Instituição Associada está sujeito a avaliação pelo Comitê Gestor, baseada nos seguintes parâmetros, dentre outros:

- I. Efetiva execução do projeto pedagógico nacional do ProfEPT;
- II. Eficácia na formação de seus egressos;
- III. Qualidade da produção intelectual do corpo docente e discente;
- IV. Adequação de infraestrutura física.

### **Disposições Finais**

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso, com a possibilidade de recurso à Câmara de Pós-graduação do IF SERTÃO-PE.

Art. 26. O presente Regulamento pode ser revisto pelo Comitê Gestor.

Art. 27. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Superior do IF SERTÃO-PE.

Petrolina, 15 de dezembro de 2017.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO  
PERNAMBUCANO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO



**PROFEPT**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**

**ANEXO AO REGULAMENTO**

Dezembro de 2017

## 1. OBJETIVOS DO PROFEPT

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Nesse sentido, se propõe a alcançar os seguintes objetivos específicos:

a) Atender à necessidade de formação continuada, numa perspectiva interdisciplinar e em nível de mestrado, voltada para profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a fim de desenvolverem atividades de ensino, gestão e pesquisa relacionados à educação profissional e tecnológica, na perspectiva de elaboração de produtos educacionais e materiais técnico-científicos com vistas à inovação tecnológica.

b) Atender à necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação interdisciplinar, constituído pela interface entre Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, na perspectiva de melhoria dos processos educativos e de gestão em espaços formais ou não-formais.

c) Atender à demanda nacional por formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que integrem os saberes práticos inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural nas diversas regiões do Brasil.

O profissional egresso deverá estar habilitado a desenvolver atividades de pesquisas e relacionadas ao ensino, voltadas para a educação profissional e tecnológica, em espaços formais e não formais, capaz de desenvolver soluções tecnológicas que possam contribuir para a melhoria do ensino.

## **2. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROFEPT**

### **2.1. Educação Profissional e Tecnológica – EPT**

Compreende os processos educativos, formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, com vistas a integração dos campos do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia. Compreende ainda a gestão em suas dimensões de organização e implementação com um enfoque de atuação que objetiva promover a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir essa formação.

## **3. LINHAS DE PESQUISA DO PROFEPT**

### **3.1. Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT**

Trata dos processos de gestão e organização do espaço pedagógico que contribuam diretamente com os processos de ensino, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares que possibilitem formação integral e significativa do educando.

### **3.2. Práticas Educativas em EPT**

Trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, a partir de uma abordagem inclusiva, interdisciplinar, em espaços formais e não formais, em conformidade com a perspectiva do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado.

## **4. MACROPROJETOS DE PESQUISA**

### **4.1. Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que Estruturam a Linha de Pesquisa Práticas Educativas em EPT**

#### *4.1.1 Macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT*

Abriga projetos que trabalham as principais questões de ensino e aprendizagem na EPT, com foco em discussões conceituais específicas, metodologias e recursos apropriados para essas discussões e elaboração e experimentação de propostas de ensino inovadoras em espaços diversos (sala de aula, laboratórios, campo, museus, setores produtivos, internet, entre outros).

#### *4.1.2 Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT*

Abriga projetos que trabalham as principais questões de ensino e aprendizagem na EPT, no que se refere a questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação e relações étnico-raciais, Educação quilombola, Educação do Campo, Questões de Gênero e Educação para Pessoa(s) com Deficiência(s) (PCDs), e sua relação com as diversas práticas do mundo do trabalho e com os processos educacionais na EPT.

### **4.2. Macroprojetos de Pesquisa e Desenvolvimento que Estruturam a Linha de Pesquisa Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT**

#### *4.2.1 Macroprojeto 3 - História e memórias no contexto da EPT*

Abriga projetos que trabalham as principais questões relacionadas à história e memória da EPT local, regional e nacional, contemplando estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros.

#### *4.2.2 Macroprojeto 4 - O currículo integrado na EPT*

Abriga projetos que trabalham na perspectiva do currículo integrado, que venham a contribuir para a compreensão da realidade concreta dos conceitos da EPT e nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

## 5 ITINERÁRIO FORMATIVO PREVISTO

### SEMESTRE 1

Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória	4
2	Metodologia de Pesquisa	Obrigatória	4
3	Seminário de Pesquisa	Obrigatória	2

### SEMESTRE 2

Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem	Obrigatória	4
2	Obrigatória da Linha: Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica – Linha 1; Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica – Linha 2	Obrigatória	4
3	Redação de Projeto de Pesquisa	Orientação	2

### SEMESTRE 3

Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Prática de Ensino Orientada	Orientação	4
2	Eletiva 1	Eletiva	2
3	Eletiva 2	Eletiva	2
4	Eletiva 3	Eletiva	2

### SEMESTRE 4

Item	Disciplinas	Obrigatória / Eletiva	Créditos
1	Prática de Pesquisa Orientada	Orientação	2
<b>TOTAL DE CRÉDITOS</b>			<b>32</b>

## 6 EMENTAS

### 6.1 Disciplinas Obrigatórias

<b>Disciplina:</b> Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

#### **Ementa:**

A busca da rearticulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral ou omnilateral. As mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências formativas dos trabalhadores em uma perspectiva de emancipação dos sujeitos. O trabalho como princípio educativo. Trabalho simples e trabalho complexo. A relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo: os desafios de superação do capitalismo dependente brasileiro. O ensino médio integrado como travessia para a politecnicidade ou educação tecnológica. A Educação de Jovens e Adultos e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica.

#### **Referências:**

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

RODRIGUES, José. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a concepção de politecnicidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

<b>Disciplina:</b> Teorias e Práticas do Ensino e Aprendizagem	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

#### **Ementa:**

Paradigmas do conhecimento, teorias educacionais e teorias do ensino. Objetivos da educação e mundo contemporâneo. A pedagogia crítica e o embate teórico com as teorias educacionais contemporâneas.

Teorias pedagógicas, processos formativos e suas implicações nas práticas educativas, na formação de professores e na gestão organizacional de processos educativos na educação profissional e tecnológica.

### **Referências:**

BERTRAND, Yves. Teorias contemporâneas da educação. 2ed., Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2013.

FERRETI, Celso et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GIMENO, Sacristán. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. A ação docente na educação profissional. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010.

GRINSPUN, Miriam Paura Zabrosa. Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA FILHO, D. L.; TAVARES, A. G. Universidade Tecnológica. Concepções, limites e possibilidades. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

MOLL, Jaqueline (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: E.P.U. Ltda. 2. ed. São Paulo, 2011.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

<b>Disciplina:</b> Metodologia de Pesquisa	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

### **Ementa:**

Ciência e senso comum. Pesquisa em Educação. Características da pesquisa em Mestrados Profissionais na área de Ensino. Métodos e técnicas de pesquisa. Estruturação de projetos e elaboração de relatórios de pesquisa. Produto educacional. Ética na pesquisa.

### **Referências:**

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Liber, 2004.

BARBIER, R. Pesquisa-ação na instituição educativa. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1985. BRANDAO, C. R. Pesquisa participante. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBIAPINA, Ivana Maria. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Ed. Liber Livro, 2008.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MEC/BRASIL. Portaria Normativa/MEC n.17, de 28 de dezembro de 2009: dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: [www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa\\_17MP.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf).

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22ed. Sao Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M. J. M.. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.

<b>Disciplina:</b> Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

### **Ementa:**

Análise dos fundamentos da organização dos trabalhos pedagógicos na EPT, em suas diferentes modalidades de ensino. Tendências do ensino e da aprendizagem na EPT. A gestão de sala de aula. O projeto pedagógico. Métodos de planejamento e execução das atividades docentes. Metodologias para a criação de um ambiente inclusivo na sala de aula. Aprendizagem dialógica. **Obrigatória apenas para a linha Práticas Educativas em EPT.**

### **Referências:**

BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

BROUSSEAU, G. Introdução ao estudo da teoria das situações didáticas. São Paulo: Ática, 2008.  
CHEVALLARD, Yves. La transposición didáctica. 3ed. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2009

CORDIOLLI, Marcos. Os projetos como forma de gestão do trabalho pedagógico em Sala de Aula. Curitiba: A Casa de Astérian, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 46ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MANACORDA, Mario A. O Princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PAIVA, M. A. V.; FREITAS, R. C. O.; ZOCOLOTTI, A. K. A Utilização de Mapas Conceituais na Construção de Conceitos Matemáticos em um Curso de Licenciatura em Matemática. In: SIPEMAT SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2006, Recife-PE. Anais, v. 1. CD-ROM.

POZO, J. I. A Solução de Problemas. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1998. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, Antoni. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

<b>Disciplina:</b> Gestão e Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

---

**Ementa:**

Organização e gestão da escola: os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho. Fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática. Escola e Projeto Político Pedagógico. Relação entre gestão pedagógica (central), administrativa e de recursos humanos. Objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem. Os professores na organização e gestão escolar. Ações para a prática de gestão participativa e de gestão da participação. **Obrigatória apenas para a linha Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT.**

**Referências:**

AIRES, C.J. Relatório do estudo analítico sobre as políticas públicas de gestão democrática do ensino público da educação básica. CNE, UNESCO, 2015.

BRASIL, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 25 set. 2010. BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de fortalecimento de conselhos escolares: conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Caderno 5. MEC/SEB, Brasília, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf). Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12992](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992). Acesso em: 25 set. 2010.

BRASIL. PARECER CNE/CP Nº: 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task...95](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...95). Acesso em: 29 jun 2015.

VEIGA, Ilma Passos; RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas estrutura e organização. 5ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## 6.2 Estágio Supervisionado e Orientação de Pesquisa

<b>Disciplina:</b> Seminário de Pesquisa	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Atualidade das pesquisas em ensino e educação. Estudo das temáticas que envolvem as linhas de pesquisa do programa, tendo como foco o desenvolvimento de pesquisa aplicada aos processos de ensino, em espaços formais e não formais, ao desenvolvimento e análise de materiais didáticos e ao uso de tecnologias para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

**Referências:**

NARDI, R. Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: Editora Escrituras, 2001.

NARDI, R. Bastos, F.; Diniz, R. E.; Pesquisas em ensino de ciências, contribuições para a formação de professores. São Paulo: Editora Escrituras, 2004.

SÂNTOS, F. M. T.; GRECA, I. M. (orgs.). A pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil e suas metodologias. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

Artigos científicos da área de ensino e de educação de periódicos pertencentes ao Qualis da CAPES. Livros conceituados que servirão para fomentar os estudos realizados pelo aluno de mestrado. Jornais e revistas de divulgação científica com reportagens e artigos da atualidade.

<b>Disciplina:</b> Redação de Projeto de Pesquisa	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Desenvolvimento do projeto de trabalho de conclusão de curso com vistas ao exame de qualificação.

**Referências:**

De acordo com a temática do aluno são selecionadas as bibliografias.

<b>Disciplina:</b> Prática de Ensino Orientada	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 4

**Ementa:**

Realização de práticas de ensino orientadas, nos diferentes espaços educacionais relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, articuladas ao desenvolvimento de produto educacional, objeto da pesquisa de mestrado.

**Referências:**

De acordo com a temática e com a área de atividade do aluno serão selecionadas as bibliografias.

<b>Disciplina:</b> Prática de Pesquisa Orientada	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Desenvolvimento orientado da pesquisa de mestrado com foco no desenvolvimento e validação do produto educacional. Coleta de informações. Construção de referencial teórico. Análise de informações. Escrita de relatório final na forma de dissertação ou artigo.

**Referências:**

De acordo com a temática do aluno são selecionadas as bibliografias.

### 6.3 Disciplinas Eletivas

<b>Disciplina:</b> Juventude, trabalho e escola	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Juventude e inserção social. Culturas juvenis. Juventude, educação e mundo do trabalho. Socialização juvenil. Juventude e contemporaneidade.

**Referências:**

ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRANTES, P. Os sentidos da escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta, 2003.

ARROYO, M.G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004  
DAYRELL, J. (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. MINAYO, M.C.S. et al. Fala, galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PAIS, J.M. Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro. Lisboa: Âmbar, 2003.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.). Revista Brasileira de Educação, número especial : Juventude e Contemporaneidade, n. 5-6, maio-dez. 1997.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1 e 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

VELLA, Maria dos Anjos; VENDRAMINI, Célia R.. O trabalho na trama da história da in-fância e da juventude: uma fotografia do estado de Santa Catarina. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (orgs.). Juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó: Argos, 2014.

<b>Disciplina:</b> História da Ciência, da Técnica e da Tecnologia	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Da técnica à engenharia, da antiguidade à Idade Moderna. Técnicas indígenas. A Mineração. A Eletrotécnica. A Construção Civil. A Mecânica. A Informática. Energia e Tecnologia.

**Referências:**

CARONE, Edgar. O pensamento industrial no Brasil – 1880-1945. São Paulo: Difel, 1971.

CHALMERS, Alan. A fabricação da ciência. São Paulo: Unesp, 1994.

GRANGER, Gilles. Por um Conhecimento Filosófico. Campinas: Editora Papirus, 1989.

GUERRA, Andréia; BRAGA, Marco; REIS, José Cláudio. Uma Breve História da Ciência Moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

GRISPUN, Mirian P. S. Z. (org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VARGAS, Milton (org.). História da técnica e da tecnologia no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza, 1994.

<b>Disciplina:</b> Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Formação de professores para a EPT no contexto atual. Políticas de formação de professores e as relações educação, trabalho e sociedade. Estado da arte da formação de professores. Saberes profissionais docentes. Temas recorrentes e temas silenciados: perspectivas para a prática da pesquisa.

**Referências:**

ANDRÉ, Marli et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Educação e sociedade, Campinas, v.20, n.68, p.301-309, dez. 1999.

ANDRÉ, M. E. D. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v.33, p.6-18, set./dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: Acesso em: 30 de julho de 2014.

COSTA, M. A. da. Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica: cenários contemporâneos. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de pós- graduação em Educação. Uberlândia, 2012.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

GAUTHIER, C et al. Por uma teoria da Pedagogia. Ijuí: Unijuí, 1998.

NÓVOA, Antonio (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, p.143-155, jan./abr. 2009.

SILVA, K.A.P.C.; LIMONTA, S. (orgs.). Formação de Professores na Perspectiva Crítica: Resistência e Utopia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

<b>Disciplina:</b> Espaços Não-Formais na Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 30 horas <b>Nº de Créditos:</b> 2
--	--

**Ementa:**

Definições de espaços não-formais, formais e informais de educação. Exemplos de espaços não-formais. Histórico dos espaços não-formais de educação no Brasil e comparativo metodológico com seus equivalentes em outros países. O espaço da educação não-formal e os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Educação não-formal e a participação da sociedade civil nos processos educativos. O ambiente de trabalho como um espaço não-formal de educação.

**Referências:**

FRANCO, Jussara Botelho; MOLON, Susana Inês Espaço educativo não formal: ensinando e aprendendo em uma perspectiva socioambiental e de classe. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v.17, p.42-51, jul./dez. 2006.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. O formal e o não formal na trajetória formativa de educadoras de jovens e adultos na perspectiva da educação popular. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan./mar. 2006.

GOLVEIA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Maria Cristina. Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Editora Access, 2003.

KUENZER, Acácia Z. Ensino de 2º Grau: O Trabalho como Princípio Educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia de Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador. 6ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MASSARANI, L. (org.). Terra incógnita: a interface entre a ciência e o público. Rio de Janeiro: Editora Vieira e Lent, 2005.

SÁ, Magali Romero; Domingues, Heloísa Maria Bertol. Museu Nacional e o ensino de ciências naturais no Brasil no séc XIX. Revista da SBHC, v.15, p. 79-88, 1996.

SALTO PARA O FUTURO. Museu e escola: educação formal e não formal. Secretaria de educação a distância. MEC. 2009.

<b>Disciplina:</b> Educação do Campo	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Educação do Campo dentro da conjuntura atual. Nova realidade do rural no Brasil, inserido no contexto internacional, reconhecendo os conflitos e as implicações dos conceitos de Educação rural x Educação no campo x Educação do campo, e o processo histórico da construção de um novo paradigma em educação emancipadora. Desafios e as necessidades da Pedagogia da alternância frente a escola tradicional institucionalizada.

**Referências:**

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (orgs.). Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Orizona, GO: UNEFAB, 2013.
- CALDART, R. S. (org.). Caminhos para a Transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 11ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GIMONET, J. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- GHEDIN, E. (org.). Educação do Campo: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PIRES, A. M. Educação do Campo como Direito Humano. São Paulo: Cortez, 2012. PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- OLIVEIRA, A. D. Juventude Rural: Constituição dos processos identitários. Petrolina, PE: IF Sertão Pernambucano, 2012.
- RIBEIRO, M. Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, C. F. O “aprender a aprender” na formação de professores do campo. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SOUZA, M. A. Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

<b>Disciplina:</b> Educação e Tecnologias	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

O papel da educação na sociedade contemporânea em suas relações com as tecnologias digitais em rede. Tecnologia e mediação pedagógica. Análise de recursos tecnológicos como recursos pedagógico-didáticos e suas aplicações no ensino profissional e tecnológico. O trabalho pedagógico

online. Elaboração de projetos de ensino com utilização de tecnologias digitais em rede. Desenvolvimento de projetos e protótipos aplicados ao ensino profissional e tecnológico.

### Referências:

ALAVA, S. et al. Ciberespaço e formações abertas. Rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARRETO R. G. (org.). Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

CASTELLS, M. A sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 10ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COLL, C.; MONEREO, C.. Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LÉVY, P. Cibercultura. 2ed. São Paulo: Editora 34, 2001. PRETTO, N. de L. (org.). Tecnologia & novas educações. Salvador: EDUFBA, 2005.

REALI, A.; MILL, D. (orgs.). Educação a Distância e Tecnologias Digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, F. e colaboradores. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, M. (org.). Formação de professores para docência on-line. São Paulo: Loyola, 2012. TEDESCO, J. C. (org.). Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez; Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación; Brasília: UNESCO, 2004.

<b>Disciplina:</b> Educação de Jovens e adultos	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

### Ementa:

A configuração do campo da EJA: a diversidade dos sujeitos; a afirmação do direito à educação; história e memórias; a relação educação de jovens e adultos e trabalho. Paulo Freire: Contribuições para pensar a prática da EJA no Brasil. Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia como dimensões da formação humana na EJA e na Educação Profissional. Características da aprendizagem e estratégias de ensino para adultos. Educação de jovens e adultos e Educação Profissional: a confluência de duas modalidades. Implicações das especificidades da EJA na organização do trabalho pedagógico e na gestão educacional da EPT.

### Referências:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, maio de 2000.

BRASIL. MEC/SETEC/PROEJA. Documento Base. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 14ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Rony. Educação Matemática na Formação Profissional de Jovens e Adultos. Curitiba: Appris Editora, 2011.

JORDANE, Alex. Constituição de comunidades locais de prática profissional: contribuições para a construção de um currículo integrado no curso técnico na modalidade de EJA. 221 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

MAYO, Peter. Gramsci, Freire e a Educação de Adultos: possibilidades para uma ação transformadora. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PÁIVA, Jane; OLIVEIRA, Inês B. de (org.). Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. O Mestre Ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

<b>Disciplina:</b> Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil; análise de políticas em educação profissional, educação básica, educação de jovens e adultos e formação docente; produção histórica das políticas e das bases legais da educação básica, da educação profissional, da educação de jovens e adultos e da formação docente.

**Referências:**

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin (org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. 2ed. São Paulo: Cortez 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais. Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PIRES, L. L. A. Educação tecnológica e formação profissional no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação (2011-2020) Avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG, 2011.

<b>Disciplina:</b> Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

**Ementa:**

Essa disciplina visa apresentar tópicos especiais em Educação Profissional e Tecnológica, em caráter extraordinário. Visa trabalhar a construção de artigos científicos e tecnológicos, como também produtos

tecnológicos gerados pelos estudos. Poderá ser ofertada a qualquer momento conforme demanda específica e aprovação da Comissão Acadêmica Local de cada Instituição Associada.

### Referências:

Artigos científicos e tecnológicos no campo da Educação Profissional e Tecnológica pertencentes ao Qualis de Ensino da CAPES. Livros conceituados que servirão para fomentar os estudos realizados pelos alunos do mestrado.

<b>Disciplina:</b> Produção de Recursos Educacionais	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

### Ementa:

Relação entre recursos educacionais e metodologias de ensino na EPT. Recursos educacionais impressos na EPT: características; produção; utilização. Recursos educacionais digitais na EPT: características; produção; utilização. Recursos educacionais alternativos: jogos; maquetes; vídeos; softwares; experimentos; outros. Produção, avaliação e utilização de sequências didáticas. Desenvolvimento de atividades baseadas em problemas e investigações.

### Referências:

CÔNSELHO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Diretrizes para a Educação Profissional de Nível Médio: temas para debate. Brasília: Conif, maio 2010.

FREITAS, Rony C. de Oliveira. JORDANE, Alex. Material didático de matemática para o PROEJA: uma construção colaborativa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1., 2009. Ponta grossa. Anais... Ponta Grossa: UTFPR, 2009. p. 948-970.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma Pedagogia da Pergunta. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIMARÃES, Y. A. F.; GIORDAN, M. Instrumento para construção e validação de sequências didáticas em um curso a distância de formação continuada de professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8., 2011, Campinas. Anais... Campinas: 2011.

MATTAR, João. Games em educação: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

POZO, Juan Ignacio et al. (org.). A Solução de Problemas: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para Investigação. Bolema – Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, n. 14, pp. 66-91, 2000.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

<b>Disciplina:</b> Currículo e Formação Integrada	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

### Ementa:

Concepções e histórico de Currículo. Trajetória histórica da educação profissional no Brasil na perspectiva de sua integração com a educação básica – elementos essenciais à compreensão do processo curricular. Concepções e princípios do currículo do Ensino médio integrado à Educação profissional: regular e modalidade EJA. Elementos estruturantes de um currículo integrado.

### Referências:

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise (org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOODSON, Ivor. As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. 1ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MOLL, Jaqueline. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SACRISTAN, J. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

YOUNG, M. Conhecimento e Currículo: do Sociostrutivismo ao realismo social na Sociologia da Educação. Porto: Porto Editora. 2010.

<b>Disciplina:</b> Diversidade e Inclusão	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

### Ementa:

Estudos acerca da trajetória histórica da inclusão educacional - da década de 1990 até a contemporaneidade. Educação Inclusiva. Diversidade Cultural. Diversidade e Currículo. Reflexões acerca do papel da escola na inclusão dentro da perspectiva da diversidade.

### Referências:

AMBROSETTI, N.B. O "Eu" e o "Nós": trabalhando com a diversidade em sala de aula. In: Pedagogias das diferenças na sala de aula. Marli André (org.). São Paulo: Editora Papirus, 1999.

ARROYO, M. G. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, J. ; PAGEL, S D. ; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: educandos e educadores seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BARRETO. M.A.S.C. Dilemas da inclusão na educação básica frente as diretrizes para a formação em pedagogia. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D. M. (org.). Educação Especial: Diálogo e pluralidade. Porto Alegre. Editora Mediação, 2008.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 de setembro de 2001.

FERREIRA, J.R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e Educação - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. São Paulo. Editora Summus, 2006.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 03-11.

GOMES, N. L. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, J. ; PAGEL, S. D. ; NASCIMENTO, A. R. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica: 2007.

IMBERNÓN, J. (org.). A Educação no Século XXI: Os desafios do futuro imediato. 2ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

RENDO, A. D.; Vega, V. Una escuela en y para la diversidad: el entramado de La diversidad. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2009.

PIRES, José. A questão ética frente das diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. et al. (org.). Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

VIEIRA, José Carlos. Democracia e Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

<b>Disciplina:</b> Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
	<b>Nº de Créditos:</b> 2

#### **Ementa:**

Origens dos estudos com o enfoque “Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente” (CTS/CTSA) no Brasil e no mundo. Relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Questões éticas e políticas. Diferentes perspectivas da abordagem CTSA. Configurações curriculares mediante o enfoque CTSA. O enfoque CTSA e a Educação Profissional e Tecnológica. Propostas metodológicas com ênfase CTS para o ensino profissional e tecnológico.

#### **Referências:**

BAZZO, W. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o Contexto da Educação Tecnológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

CACHAPUZ, A. et al. (orgs.). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005.

CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

DAGNINO, R. et al. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

FOUREZ, G. A construção das ciências. Introdução à filosofia e ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

JARROSSON, B. Humanismo e técnica: o humanismo entre economia, filosofia e ciência. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PALACIOS, F. A.; OTERO, G. F.; GÁRCIA, T. R. Ciencia, Tecnología y Sociedad. Madrid: Ediciones del Laberinto, 1996.

PINTO, A. V. O conceito de tecnologia. São Paulo: Contraponto, 2005.

SANTOS, W. L. P.; AULER, D. CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas. Brasília: Ed. UNB, 2011.

<b>Disciplina:</b> Avaliação nos Espaços Educativos	<b>Carga Horária:</b> 30 horas
--	--------------------------------

**Ementa:**

Avaliação da/na escola. Ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem. Objetivos educacionais e avaliação. Avaliação formativa. Alternativas propositivas no campo da avaliação. As relações pessoais na escola e a avaliação. Instrumentos de avaliação.

**Referências:**

DESPRESBITERIS, L. Confissões de uma educadora: o longo caminho de um aprendiz da avaliação. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2251>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito ou desafio: uma perspectiva construtivista. 32ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. 16ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉNDEZ, J.M.A. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORETTO, V.P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 9ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANMARTÍ, Neus. Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1993.

## 7 FUNCIONAMENTO CURRICULAR

Disciplinas Obrigatórias	Serão realizadas na modalidade presencial, podendo ter parte a distância (até 30%).
Disciplinas Eletivas	Serão realizadas, preferencialmente, na modalidade a distância, visando a oferta de disciplinas de uma IA para alunos de outras IAs. No caso de serem EaD, devem ser ofertadas através de ambiente virtual de aprendizagem.
Disciplinas Orientação	Serão realizadas presencialmente ou a distância, a partir de acordo entre orientador e orientandos, mantendo registro acadêmico (diários) dos encontros.